

Contexto

Maioridade Penal



PROPOSIÇÕES

PEC 32/2015

Ementa: Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioria civil e penal aos dezesseis anos de idade.

PEC 8/2026

Ementa: Altera o art. 228 da Constituição Federal para admitir a redução da maioria penal em casos de crimes hediondos e de crueldade extrema contra pessoas e animais.

[Lista completa de Proposições](#)



LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL E BRASILEIRA

Brasil - Constituição Federal de 1988, Art. 228

Uruguai - Ley nº 9155/1933 – Código Penal, Art. 34.

Portugal - Decreto-Lei nº 48/1995 – Código Penal, Art. 19.

[Lista completa de Legislação](#)

EVENTOS LEGISLATIVOS



Temas debatidos na 57ª Legislatura



18/06/2024
Trabalho para adolescentes egressos e em medida socioeducativa



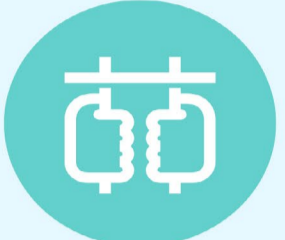
03/10/2024
Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente



15/07/2025
Homenagem aos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente



21/10/2025
Segurança Pública no Rio de Janeiro



13/05/2026
Redução da Maioridade Penal

[Lista completa de Atividade Legislativa](#)

DADOS SOBRE MAIORIDADE PENAL

Sistema socioeducativo

Adolescentes em restrição e privação de liberdade no país



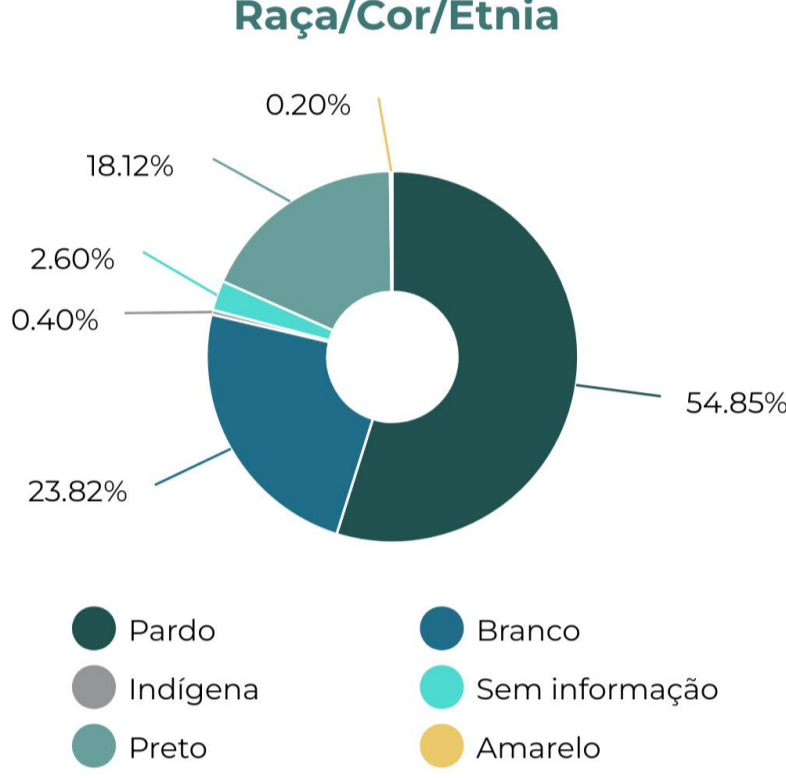
12.506
em 2024

75,1%

entre 16 e 18 anos



Raça/Cor/Etnia



Atos Infracionais



31,7%
Roubo



27,0%
Tráfico de drogas



12,6%
Homicídio



4,8%
Outros



4,5%
Furto



2,6%
Tentativa de Homicídio



2,4%
Estupro

[Sinase, 2024](#)

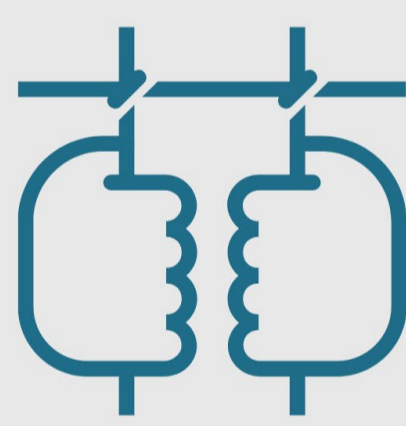
Panorama Nacional das Medidas Socioeducativas

Em agosto de 2024:

38.332 adolescentes cumpriam medidas socioeducativas em unidades de restrição e privação de liberdade

32,6% em unidades de restrição e privação de liberdade

67,4% em programas de meio aberto



Menos de 0,5%

da população adolescente foi apreendida por ato infracional ou estava em medida socioeducativa.

Queda Histórica das Medidas Socioeducativas

Medidas socioeducativas em regime fechado diminuíram entre 2019 e 2024.



[Observa DH, 2025](#)

[Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2025](#)

Responsabilidade penal no Mundo

Idade mínima de responsabilidade penal



PAÍS	IDADE MÍNIMA
África do Sul	12 anos Entre 12 a 14 anos: responsabilização condicionada à comprovação de capacidade criminal.
Alemanha	14 anos Possui um sistema de jovens adultos mesmo após os 18 anos (Lei de Justiça Juvenil).
Argentina	14 anos * Detidos em espaços diferentes de adultos e punição com prisão em regime fechado restrita a crimes graves.
Austrália	14 anos Entre os 10 e 13 anos, aplica-se a presunção de incapacidade penal, que pode ser afastada mediante prova da acusação.
Brasil	18 anos Responsabilidade penal a partir dos 18 anos.
Chile	14 anos Lei de Responsabilidade Penal de Adolescentes possui um sistema especial para jovens entre 14 e 18 anos.
China	12 anos Responsabilidade penal pode ser de 12 a 16 anos para crimes graves e 16 anos para os demais.
França	13 anos Podem ter penas reduzidas pela metade ou iguais às de adultos, dependendo da idade e gravidade do crime.
Índia	7 anos Punição condicionada à comprovação de maturidade para compreender a natureza e as consequências de sua conduta.
Japão	14 anos São julgados sob a Lei Juvenil, cujo foco é a reabilitação em vez da punição.
Nigéria	7 anos Sistema diferenciado até 16 anos e maiores de 16 podem ser julgados como adultos, depende do estado e legislação.
Portugal	16 anos Jovens de 16 a 21 anos podem receber tratamento penal diferenciado.
Reino Unido	10 anos Exceto Escócia (12 anos). Em regra, jovens menores de 18 anos possuem tratamento diferenciado dos adultos.
Uruguai	18 anos Maior de 15 e menor de 18 anos com medidas mais severas para crimes gravíssimos.

*Legislação 27801/2026 – Regimen Penal Juvenil, vigente a partir de setembro de 2026.

[CRIN \(Atualizado conforme Legislação recente\)](#)